



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

2ª Sessão Plenário Virtual Extraordinária – 15.12.2022

Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01071/2022-98 (Recurso Interno)

Relator: Cons. Engels Augusto Muniz

Recorrente: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público - SINDMPU

Advogados: Fábio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163

Recorrido: Ministério Público do Trabalho; Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região - Bahia

Objeto: Ministério Público do Trabalho. Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região. Portaria PRT5 nº 37, de 18 de julho de 2022. Sistema de substituição entre analistas jurídicos denominado "apoio mútuo". Alegação de nulidade. Pedido de liminar.

Presidente da Sessão: Antônio Augusto Brandão de Aras

Decisão: O Conselho, por unanimidade, conheceu do presente Recurso Interno para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente o *decisum* recorrido, nos termos do voto do Relator. Não proferiu voto o Conselheiro Paulo Passos.

Daniela Nunes Faria Teixeira
Secretária Processual